

Educação de Jovens e Adultos para estudantes com deficiência: práticas e reflexões

Mariana Ferraz¹

Graciliana Garcia Leite²

Juliane Aparecida de Paula Perez Campos³

RESUMO

Este estudo teve como objetivo analisar as práticas pedagógicas voltadas aos estudantes Público da Educação Especial (PEE) na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA), além de investigar a articulação entre essas duas modalidades. Com abordagem qualitativa e bibliográfica, a pesquisa foi realizada no Portal de Periódicos da CAPES, resultando na seleção de 15 artigos. Os dados foram organizados em duas categorias: práticas pedagógicas e articulação entre EJA e Educação Especial. Os resultados apontam que os professores da EJA enfrentam desafios no atendimento a estudantes com deficiência, principalmente devido a lacunas na formação inicial e à escassez de formação continuada, comprometendo a qualidade das práticas. Observou-se também o acesso restrito ao Atendimento Educacional Especializado (AEE). Conclui-se que é essencial investir na qualificação docente, promover o trabalho colaborativo entre professores da EJA e da Educação Especial e fortalecer políticas públicas que garantam o direito à educação inclusiva.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Especial. Inclusão. Educação de Jovens e Adultos. Práticas Educativas.

¹ Doutoranda em Educação Especial. Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5717-0711>. E-mail: mariana.ferraz@estudante.ufscar.br.

² Doutora em Educação Especial. Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6330-2864>. E-mail: gracilianagarcia@estudante.ufscar.br.

³ Doutora em Educação Especial. Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0789-808X>. E-mail: juliane@ufscar.br.

Youth and Adult Education for students with disabilities: practices and reflections

ABSTRACT

This study aimed to analyze the pedagogical practices directed at students served by special education in the Youth and Adult Education modality, as well as to investigate the articulation between these two educational modalities. With a qualitative and bibliographic approach, the research was conducted through a survey on the CAPES Journal Portal, resulting in the selection of 15 scientific articles. The data were organized into two categories: pedagogical practices and the articulation between Youth and Adult Education and Special Education. The results show that teachers in Youth and Adult Education face challenges in supporting students with disabilities, mainly due to gaps in their initial training and limited opportunities for continuing education, which affects the quality of their pedagogical practices. It was also observed that access to specialized educational support is limited for this group. The study concludes that it is essential to invest in teacher training, promote collaboration between educators, and strengthen public policies that ensure the right to inclusive education.

KEYWORDS: Special Education. Inclusion. Youth and Adult Education. Educational Practices.

Educación de Jóvenes y Adultos para estudiantes con discapacidad: prácticas y reflexiones

RESUMEN

Este estudio tuvo como objetivo analizar las prácticas pedagógicas dirigidas a los estudiantes atendidos por la educación especial en la modalidad de Educación de Jóvenes y Adultos, así como investigar la articulación entre estas dos modalidades educativas. Con un enfoque cualitativo y bibliográfico, la investigación se realizó mediante un relevamiento en el Portal de Periódicos de CAPES, que resultó en la selección de 15 artículos científicos. Los datos se organizaron en dos categorías: prácticas pedagógicas y articulación entre la Educación de Jóvenes y Adultos y la Educación Especial. Los resultados muestran que los docentes de la Educación de Jóvenes y Adultos enfrentan dificultades para atender a estudiantes con discapacidad, principalmente debido a

lagunas en la formación inicial y a la escasa oferta de formación continua, lo que afecta la calidad de las prácticas pedagógicas. También se observó un acceso limitado al apoyo educativo especializado. Se concluye que es fundamental invertir en la formación docente, fomentar la colaboración entre profesionales y fortalecer las políticas públicas que garanticen el derecho a una educación inclusiva.

PALABRAS CLAVE: Educación Especial. Inclusión. Educación de Jóvenes y Adultos. Prácticas Educativas.

* * *

Introdução

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a Educação Especial têm um longo contexto histórico no Brasil, iniciado anteriormente dos dispositivos legais que as regulamentam atualmente. Em comum, ambas modalidades de ensino tiveram seu surgimento constituído por segmentos paralelos à educação geral, marcado pelo predomínio da perspectiva assistencialista e compensatória destinada para seu público (Siems, 2012). A partir da década de 1990 houve um avanço nos dispositivos legais que normatizam a EJA e a Educação Especial, como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, que estabelece que a EJA como espaço para aqueles que não tiveram acesso à escola ou que interromperam seus estudos anteriormente. (Brasil, 1988; Brasil, 1996, Brasil, 2000). Esse período constituiu um marco no reconhecimento e garantia à direito à educação para todos.

Conforme o Artigo 37 da Lei nº 13.632/18 (Brasil, 2018, p. 1), a EJA é destinada aos jovens e adultos que “[...] não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida”. Por ser uma modalidade de ensino caracterizada historicamente com grande número de pessoas excluídas socialmente, a EJA adquire as funções de caráter reparadora, equalizadora e qualificadora, de acordo com o Parecer CNE nº 11/2000 (Brasil, 2000).

Em 2008, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva estabeleceu o direito das pessoas público da educação especial (PEE) à educação e promoveu o acesso desse público nas escolas regulares e a garantia ao atendimento educacional especializado (Brasil, 2008).

De acordo com Trentin (2017, p. 2) o documento refletiu uma proposta de educação inclusiva para os estudantes PEE “[...] como uma ação política, cultural, social e pedagógica, em defesa ao direito a uma educação de qualidade e à organização de um sistema educacional inclusivo para atender à diversidade presente nas salas de aulas do ensino regular e na modalidade da Educação de Jovens e Adultos [...]”. Desde então, constata-se o aumento do número de estudantes PEE na EJA nas escolas regulares em decorrência da ampliação do acesso, é do reconhecimento da educação como um direito humano em qualquer etapa da vida (Siems, 2012; Trentin, 2017). E com isso, as práticas pedagógicas para os estudantes PEE têm sido um aspecto emergente nas pesquisas que problematizam como vem sendo desenvolvido o ensino para esses estudantes na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Um fator importante indicado nas pesquisas é a necessidade de que o ensino faça sentido para esse alunado (Siems, 2012; Tassinari, 2019). Muito se discute sobre a inclusão escolar, principalmente no ensino regular, considerando que os estudantes PEE têm garantia legal de estar presente em todos os níveis e modalidades de ensino, além do aprendizado ao longo da vida (Brasil, 2015).

Para Siems (2012) é essencial considerar que essas modalidades de ensino devem desenvolver práticas específicas capazes de atender as demandas e as diferenças desses sujeitos. Tassinari (2019) aponta que os professores que atuam nessa modalidade encontram-se despreparados para atuar nesse contexto e desenvolver práticas pedagógicas que promovam o desenvolvimento desses sujeitos. É preciso considerar a pluralidade desses sujeitos e considerar esse grupo de “[...] pessoas com diferenças culturais, étnicas, de gênero, religiosas, com diversas trajetórias e histórias de vida e que, portanto, aspiram por um currículo verdadeiramente flexível e coerente com as suas realidades” (Tassinari, 2019, p. 63).

É comum observar práticas de infantilização dentro do contexto da EJA que podem comprometer o desenvolvimento e a autoestima dos estudantes. Uma das formas mais evidentes é a utilização de materiais didáticos e atividades pedagógicas inadequadas para a faixa etária dos estudantes, muitas vezes tratando-os como crianças em vez de adultos aprendendo (Fernandes; Gomes, 2015).

A infantilização nas atividades da EJA pode se manifestar por meio de metodologias de ensino que subestimam as experiências e conhecimentos prévios dos estudantes, desconsiderando suas vivências e dificultando a construção de uma aprendizagem significativa, criando um ambiente desmotivador e pode gerar sentimentos de desvalorização e inadequação por parte dos estudantes, dificultando seu engajamento e progresso acadêmico (Reus, 2017).

Conteúdos infantilizados surgem de uma abordagem ingênua na educação de adultos, conforme descrito por Pinto (2007) como uma "visão regressiva" em que considera o adulto analfabeto como uma criança que parou de se desenvolver culturalmente, sendo aplicados a eles os mesmos métodos de ensino e até mesmo as mesmas cartilhas utilizadas na infância. Isso pressupõe uma espécie de "retomada" do desenvolvimento mental de um indivíduo que culturalmente ficou estagnado na fase infantil. O adulto é então considerado como alguém "atrasado".

Quando o adulto é também uma pessoa PEE, a infantilização aumenta, uma vez que há outros estereótipos arraigados na sociedade sobre suas capacidades, necessidades e falta de autonomia. A infantilização pode ser alimentada pela falta de acesso a recursos e oportunidades que permitam o pleno desenvolvimento das habilidades e potenciais das pessoas com deficiência. A ausência de adaptações adequadas no ambiente educacional e a subestimação de suas capacidades podem contribuir para a perpetuação desse ciclo de infantilização, negando-lhes a oportunidade de participar plenamente da sociedade como adultos independentes e autônomos (Trevisana, 2022).

A contextualização é importante no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes da EJA, ao permitir uma conexão mais

significativa entre o conteúdo abordado em sala de aula e a realidade vivenciada pelos escolares. Em um contexto em que muitos desses estudantes estão retornando aos estudos após um período afastados da escola, a contextualização ajuda a tornar os conceitos mais acessíveis e relevantes, facilitando a compreensão e a assimilação do conhecimento. Ao relacionar os temas estudados com situações do cotidiano dos estudantes, seja no âmbito profissional, familiar ou social, a aprendizagem se torna mais significativa e motivadora (Santos; Barreto, 2020).

Contextualizar a aprendizagem permite que os estudantes percebam a importância e a aplicabilidade do conhecimento no seu dia a dia, contribuindo para o desenvolvimento de habilidades práticas e críticas. Ao compreender como os conceitos aprendidos na escola podem ser úteis em diferentes contextos, os estudantes se sentem mais engajados e motivados a aprender, aumentando sua autoconfiança e autonomia no processo educacional. Dessa forma, a contextualização torna o aprendizado mais interessante e promove uma aprendizagem mais efetiva e duradoura (Melo, 2020).

Essa prática se torna ainda mais importante quando o estudante faz parte do PEE, uma vez que a contextualização na EJA para estudantes com deficiência contribui para a quebra de estereótipos e preconceitos, ao reconhecer e valorizar a diversidade de experiências e habilidades presentes na sala de aula (Alves; Santos, 2021).

Outro aspecto importante é a preparação dos estudantes PEE para uma participação mais ativa e independente na sociedade. Por meio da contextualização, os estudantes com deficiência na EJA podem desenvolver uma formação integral, assim como habilidades práticas e sociais relevantes para sua vida cotidiana e sua inserção no mercado de trabalho. Ao relacionar os conteúdos escolares com situações reais, como o uso de tecnologias assistivas ou a prática de atividades de vida diária, os escolares são capacitados a aplicarem os conhecimentos adquiridos de forma mais efetiva em diferentes contextos (Fantacini; Campos, 2017).

Diante disso, o presente estudo teve como objetivo analisar os artigos publicados durante o período de 2015 a 2023 sobre a temática prática pedagógica para os estudantes PEE da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a articulação entre as modalidades de ensino.

Método

Trata-se de um estudo de cunho qualitativo, realizado por meio de uma pesquisa bibliográfica. Conforme Pradanov e Freitas (2013) as pesquisas bibliográficas são importantes, pois abrangem as principais teorias que orientam o trabalho científico. Seu objetivo é colocar o pesquisador em contato direto com todo o material já escrito sobre o assunto em questão.

Os dados foram coletados no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Os termos de busca utilizados foram “educação de jovens e adultos” *and* “educação especial” *and* “práticas pedagógicas”.

Foram localizados 58 estudos. Após as buscas, as autoras deste artigo realizaram a leitura e o resumo de cada estudo localizado para identificar quais se enquadravam nos critérios de inclusão, isto é, discorriam sobre a prática pedagógica para estudantes PEE na EJA durante o período de 2015 a junho de 2025. Esse período foi estabelecido devido à Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015) que tem como proposta o aprendizado de pessoas com deficiência ao longo da vida. Estudos repetidos, estudos de revisão ou que não abordavam a temática foram excluídos. No total foram incluídos 15 artigos.

Para análise dos dados, os estudos foram lidos na íntegra pelas autoras, e os dados foram registrados em uma planilha do Excel, que continha campos para registro de informações relevantes para o objeto em questão, como título do estudo, autor, ano, objetivo, método, resultados principais. Após, a extração dos dados, organizou-se os resultados em categorias temáticas de acordo com Franco (2008), envolvendo as etapas de pré-análise, codificação, categorização e interpretação.

Resultados e discussão

Os resultados foram organizados em duas categorias temáticas: na primeira categoria foram encontrados oito artigos que discutiram a respeito das práticas pedagógicas na EJA, para a segunda categoria, sete trabalhos apontaram sobre a articulação entre as duas modalidades de ensino, a EJA e a Educação Especial.

Prática Pedagógica na EJA

De acordo com os resultados de um estudo realizado por Tassinari, Galvani e Campos (2019), no que diz respeito ao planejamento pedagógico das atividades a serem desenvolvidas para os estudantes na EJA, as autoras constataram que muitas das vezes, não aconteceu planejamento prévio, e as atividades realizadas apresentam sem significado com o contexto e realidade na qual os estudantes estão vivenciando no momento. Além disso, os(as) professores(as) afirmam o desconhecimento sobre a necessidade de adaptação ou diferenciação curricular que podem ser desenvolvidas para beneficiar o processo de aprendizagem desses estudantes. Os(as) professores(as) sentem que não têm formação especializada e demonstram desconhecimento do trabalho a ser desenvolvido com estudantes com deficiência intelectual (DI) na EJA.

Trentin (2021) destaca que as práticas pedagógicas abrangem a estruturação do currículo, o ensino dos conteúdos e a maneira como o conhecimento é transmitido, incluindo iniciativas voltadas para a diversidade, que buscam promover interações entre diferentes indivíduos e tipos de conhecimento, sendo essencial dar significado ao propósito e às ações, promovendo processos que tornem o aprendizado significativo.

Para Bueno e Oliveira (2019), os(a) professores(as) reconhecem a importância da adaptação curricular, como um aspecto primordial para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais assertivas com os estudantes com DI na EJA. Ao mesmo tempo que se inquietam com a preparação desses estudantes após o término da escola, em que os mesmos poderão enfrentar

entraves sociais, e para tanto, reconhecem as famílias como mediadoras essenciais neste contexto. O professor atua como mediador entre o estudante e o currículo. Para tanto, é importante que os professores tenham conhecimento de como realizar as adaptações curriculares de modo que possam realizá-las e agregar benefícios para o aprendizado dos estudantes com deficiência intelectual.

No estudo realizado por Bueno e Oliveira (2023) os(as) professores(as) afirmaram que realizam adaptações curriculares, nas avaliações e tempo adicional para realizar as atividades. E reconhecem que as adaptações são positivas para o processo de ensino e aprendizagem desses estudantes. No entanto, ainda sentem necessidade de terem mais apoio na sala de aula no que tange o desenvolvimento dos componentes curriculares, principalmente de conteúdos abstratos que são os mais difíceis para os estudantes com DI aprenderem.

Bastos (2022) aponta que as práticas pedagógicas na EJA devem considerar a importância dos aspectos psicossociais, é fundamental compreender a singularidade dos educandos, a individualidade, a cultura, a diversidade, a história pessoal, os atributos físicos e a interação dinâmica entre o indivíduo e seu ambiente social. Devendo respeitar suas particularidades, não sendo vistos como inválidos ou desamparados. Portanto, a escola não pode se limitar às estruturas físicas ou mobiliário, mas um espaço de uma oportunidade de reconstrução de vida e uma segunda chance.

Apesar das dificuldades, os estudantes têm uma boa interação com seus pares e os motivos para concluir os estudos estão relacionados à oportunidade de continuar estudos após a EJA, ingresso e permanência no mercado de trabalho e desenvolvimento social (Bueno; Oliveira, 2023). Nessa perspectiva, a escola e a EJA representam ótimas oportunidades para o desenvolvimento da autonomia, por exemplo, no uso do dinheiro, nas compras, preparação para ingresso no trabalho e no desenvolvimento social (Bueno; Oliveira, 2019).

Complementando, Bueno e Oliveira (2019) apontam que os(as) professores(as) reconhecem a importância da adaptação curricular, como um aspecto primordial para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais assertivas com os estudantes com DI na EJA. Ao mesmo que se inquietam com a

preparação desses estudantes após o término da escola, no qual os mesmos poderão enfrentar entraves sociais, e para tanto, reconhecem as famílias como mediadoras essenciais neste contexto (Bueno; Oliveira, 2019).

Em relação à percepção sobre a EJA, esta é compreendida como uma oportunidade não somente para a alfabetização, o aprender a ler e escrever, mas também para a ampliação dos conhecimentos, o desenvolvimento pessoal e profissional e o exercício pleno da cidadania. Ademais, constitui-se como um espaço de convivência e socialização, que valoriza as trajetórias de vida e saberes dos estudantes. Todavia, os estudantes enfrentam várias barreiras, como dificuldade em conciliar o trabalho e as atividades escolares, falta de incentivo por parte da família para continuarem ou permanecerem na escola. Ao mesmo tempo, que alguns professores e a escola são resistentes em aceitar os estudantes com DI nesse espaço, os professores precisam de formação inicial e continuada que dê condições de atuarem assertivamente com esses estudantes (Fantacini; Campos, 2017).

Barbosa e Keller-Franco (2020) indicam a importância de práticas pedagógicas voltadas para um currículo funcional, que engloba atividades voltadas para o desenvolvimento de habilidades essenciais da vida diária, incluindo promover a consciência de si, cuidados pessoais, treinamento multissensorial e o exercício da independência, bem como habilidades de relacionamento interpessoal, permitindo que participem de situações cotidianas com autonomia. As autoras salientam a prática pedagógica da EJA Interventiva que visa desenvolver um currículo que atenda às necessidades de seus estudantes, incluindo adaptações e flexibilizações no tempo de aprendizado, bem como o fornecimento de Atendimento Educacional Especializado (AEE), serviço de educação especial que visa eliminar barreiras e garantir a plena participação dos estudantes PEE. As práticas devem ser elaboradas para auxiliar o percurso escolar de estudantes com deficiência, beneficiando seu desenvolvimento educacional, facilitar suas aprendizagens e prepará-los para ingressar no mercado de trabalho, promovendo assim sua integração na sociedade como cidadãos plenos de direitos.

É importante repensar e adaptar as práticas pedagógicas para atender às necessidades individuais dos estudantes, incluindo os jovens e adultos com deficiência, no contexto da EJA. Isso implica em considerar pedagogicamente as trajetórias individuais tanto na vida quanto na escola, integrando os conhecimentos sociais dos estudantes com os acadêmicos e abandonando abordagens que os infantilizam, suas práticas pedagógicas necessitam ir além de suas limitações e vulnerabilidades. A escola pode ser um ambiente eficaz para promover o desenvolvimento humano e social dessas pessoas, se houver uma compreensão clara de suas necessidades específicas e uma abordagem inclusiva (Hass, 2015).

Há uma necessidade de criar e implementar novas abordagens pedagógicas na EJA para estudantes PEE que visem ao desenvolvimento completo do estudante e promovam a troca de informações e conhecimentos entre todos os participantes do processo educacional, sem discriminação, valorizando as diversidades e as singularidades, e garantindo a participação equitativa de todos os escolares (Ortiz, 2019)

As práticas pedagógicas na EJA representam um importante campo de investigação e intervenção no contexto educacional contemporâneo. Ao reconhecer a diversidade de necessidades e potenciais desses estudantes, bem como os desafios enfrentados pelos educadores na promoção de uma educação inclusiva e de qualidade. Por meio de uma abordagem centrada no estudante, da formação adequada dos profissionais da educação e da utilização de estratégias pedagógicas inovadoras e adaptadas, é possível proporcionar experiências de aprendizagem significativas e oportunidades de desenvolvimento integral para todos os escolares.

A articulação entre a EJA e a Educação Especial

Os estudantes PEE da EJA constituem um público diversificado, com ritmos e experiências de vida distintos, destacando a necessidade de uma abordagem reflexiva por parte dos professores, que compreendem que cada

estudante traz consigo suas próprias necessidades e desafios internos (Laercio Filho; Silva, 2023).

Em relação à articulação da EJA com os professores da educação especial, é comum identificar a ausência de colaboração entre profissionais, ou serviço de AEE indisponível para esses estudantes (Tassinari; Galvani; Campos, 2019). A frequência do AEE no contraturno também foi um obstáculo identificado em outros estudos, Bueno e Oliveira (2023) identificaram dificuldades dos estudantes matriculados na EJA em frequentarem o serviço no contraturno no momento em que estão trabalhando. O acesso ao AEE também é um dos aspectos desafiantes indicado em outros estudos. Para Holanda, Pereira e Ferreira (2021), a falta de acesso ao serviço implica o processo de escolarização dos estudantes, portanto, é essencial ampliar a oferta do AEE para esse alunado que muitas das vezes trabalha e não tem condições de frequentar a escola em outro horário a não ser a noite.

Os gestores reconhecem deve haver a garantia como direito ao acesso à educação de qualidade para as pessoas com deficiência, entretanto, admitem que a inclusão ainda tem um longo caminho a ser percorrido, ou seja, governo, escolas e sociedade ainda precisam desenvolver práticas mais para promover a inclusão efetivamente, como, por exemplo, os autores enfatizam, a necessidade de o currículo da EJA ser adequado para as características e demandas de seus estudantes. Assim como, a escola precisa oferecer condições de para a permanência e o sucesso no processo de escolarização dos educandos da EJA. Ademais, é primordial, um investimento significativo no processo, pois os mesmos desempenham um papel crítico no processo de inclusão e escolarização dos estudantes (Holanda; Pereira; Ferreira, 2021).

Hass e Baptista (2017) argumentam sobre a necessidade de compreender a interação entre as histórias individuais e coletivas dos sujeitos PEE matriculados na EJA para aprimorar o processo educativo e as práticas pedagógicas voltadas para esse grupo. Isso requer uma compreensão do contexto para desenvolver abordagens flexíveis que

promovam a participação ativa do aluno, ao invés de limitá-la antecipadamente, sendo preciso criar um ambiente inclusivo que valorize e aceite a diversidade de vozes, promovendo a responsabilidade individual e incentivando uma compreensão ética da vida.

O professor que atua no contexto da EJA deve possuir habilidades especiais e uma sensibilidade aguçada em suas práticas pedagógicas, pois muitos estudantes enfrentam desafios como baixa autoestima e experiências de fracasso em suas vidas pessoais e comunitárias. Por isso, é necessária uma abordagem diferenciada que priorize a recuperação da autoestima e da cidadania. O professor precisa se familiarizar com a história de vida de cada estudante, acreditar em seu potencial e incentivá-los constantemente a buscar o crescimento pessoal e profissional, buscando por formações continuadas a fim de aperfeiçoar suas práticas pedagógicas, pois muitas vezes lhes faltam confiança em aplicar propostas mais específicas, no contexto de seus estudantes (Rodriguez; Dutra; Storto, 2017).

Leite e Campos (2019) observaram uma escassez significativa de políticas públicas que considerem as características específicas dos estudantes PEE na EJA, para as autoras, isso impacta negativamente as práticas pedagógicas adotadas nas escolas, fazendo com que a EJA mantenha um currículo tradicional, desconectado das experiências cotidianas dos estudantes, sem interação com sua realidade. Além disso, os professores frequentemente não estão preparados para lidar com as necessidades atuais dos estudantes.

A articulação entre a EJA e a Educação Especial promove uma maior inclusão social e escolar, ao proporcionar oportunidades igualitárias de acesso à educação e ao incentivar a participação ativa e com significado para todos os estudantes. Nesse sentido, fortalecer e aprimorar a interface dessas duas modalidades é essencial para garantir uma educação de qualidade e inclusiva.

A análise dos estudos que abordam a prática pedagógica na EJA para os estudantes PEE indicou que nem todos professores realizam o planejado prévio das atividades ou das aulas, constata-se também o desconhecimento

sobre como realizar adaptações do currículo para esses estudantes, atreladas a falta de preparação para atuar nesse contexto com esse público. Resultando muitas das vezes em atividades descontextualizadas com a realidade e as reais demandas desse alunado.

A Política Brasileira da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva no Brasil (2008), prevê uma educação que desenvolva a participação social e propõe a inserção no trabalho para as pessoas com deficiência. Além disso, é garantido o acesso de sistemas de educação inclusiva e aprendizagem ao longo da vida em todos os níveis para todas as pessoas com deficiência (Brasil, 2015). No entanto, identificamos no contexto da EJA a necessidade de fornecer mais recursos para apoiar professores que atuam com estudantes PEE, para dar-lhes a oportunidade de educação que permita melhor inclusão social, preparação para o trabalho, para seguir os estudos e também no momento após a escola.

Bueno e Campos (2020) observaram que as principais demandas dos professores que atuam na EJA com estudantes PEE está em como desenvolver práticas pedagógicas junto a esse alunado. Para tanto, os professores precisam ter melhor conhecimento sobre as especificidades de cada estudante, para ter uma atuação capaz de atender suas necessidades educacionais. Nesse contexto, é essencial a atuação do professor de educação especial em parceria com o professor da sala comum que embora tenham funções Distintas, podem atuar colaborativamente. Segundo a legislação Brasil (2009), as responsabilidades do professor de educação especial incluem a elaboração e implementação de planos de educação especial juntamente com os professores da classe comum, além da articulação com esses professores para desenvolver estratégias que possam beneficiar o processo de inclusão desses estudantes. Nesse sentido, o ensino colaborativo é uma possibilidade em que professores de educação especial e professores de educação da sala comum assumem conjuntamente o processo de planejar, avaliar e desenvolver atividades para todos os estudantes e não somente para os estudantes PEE (Mendes; Villalonga; Zerbato, 2014).

A inclusão requer que tanto a escola como os professores estejam preparados para lidar com a diversidade de seu alunado. No entanto, Oliveira e Santos (2017) identificaram que a EJA e a Educação Especial ainda são duas modalidades de ensino afastadas com lacuna na formação desses profissionais que reflete na forma como eles atuam. Nesse sentido, é primordial pensar em política de formação para os professores que atuam na EJA para poderem responder às demandas de um público com características diversas, os professores precisam conhecer quem são esses estudantes e suas histórias (Arroyo, 2006, p. 23).

Além disso, a limitação na formação continuada desses professores compromete o processo de escolarização desses estudantes, que muitas recebem práticas pedagógicas descontextualizadas, sem significado ou que não atendem suas demandas. De acordo com Pereira (2020), é preciso compreender que a inclusão requer um trabalho coletivo de diferentes agentes da sociedade.

Como prioridade para uma proposta de educação inclusiva, é preciso que o trabalho se desenvolva no âmbito coletivo, envolvendo políticas de inclusão, equipe escolar, flexibilização curricular, adequação da escola comum e capacitação para que os profissionais aprofundem seus conhecimentos visando à melhoria de suas práticas e métodos de ensino a partir das diferenças (Pereira, 2020, p.143).

Para tanto, a legislação garante aos estudantes com deficiência um sistema educacional inclusivo, o atendimento educacional especializado “[...] demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia.” (Brasil, 2015, p. 13).

Dessa forma, a inclusão requer o desenvolvimento de uma cultura escolar que reconheça e valorize as diferenças, capaz de fornecer práticas pedagógicas significativas, de acordo com as demandas específicas de seu público.

Conclusão

O presente artigo analisou como vem sendo desenvolvida as práticas pedagógicas na literatura científica nacional no contexto da EJA para estudantes PEE e a articulação das duas modalidades (EJA e Educação Especial).

Mesmo com uma política de inclusão consolidada ao longo das últimas décadas, vários desafios foram identificados nesse cenário que envolvem desde a lacuna formação inicial e a ausência de formação continuada para os profissionais que atuam nessa modalidade refletindo assim na organização de práticas pedagógicas desapropriadas direcionadas para o público. Além disso, os professores enfrentam dificuldades no processo de organização pedagógica de modo tornar a escola um espaço significativo para atender as demandas dos estudantes e promover sua inclusão social e educacional efetivamente. Associa-se a isso a falta de uma cultura inclusiva que reconheça a importância e favoreça a articulação entre os professores da classe comum e da educação especial de modo a beneficiar o processo de escolarização dos estudantes.

A escola, nesse contexto, tem o grande desafio de garantir resposta aos principais anseios de seus educandos, ou seja, que o processo formativo no espaço da EJA proporcione reais condições de inclusão social e laboral, que promova a autonomia para a vida adulta após a escola.

Torna-se evidente a relevância da temática, sendo necessárias maiores discussões sobre a prática pedagógica para estudantes PEE na EJA. Diante desse contexto, sugere-se pesquisas futuras sobre intervenções relacionadas às modalidades da EJA e a Educação Especial, bem como o papel da formação inicial e continuada dos professores que atuam nessa modalidade, identificando lacunas e necessidades específicas para o desenvolvimento de estratégias mais eficazes de ensino e aprendizagem.

Referências

ALVES, Janaína Gonçalves de Souza; SANTOS, Andréa Rizzo dos. Inclusion: The Good That Goes Beyond the Person with Disabilities. *Cadernos Macambira*, v. 6, n. 1, p. 138–147, 2021. Available at: <https://www.revista.lapprudes.net/index.php/CM/article/view/597>. Accessed: Feb 27, 2025.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Training Educators of Youth and Adults. In: SOARES, Leôncio (org.). *Training of youth and adult educators*. 1st ed. Belo Horizonte: Authentic/SECAD-MEC/UNESCO, 2006. Available at: http://forumaja.org.br/un/files/Formacao_de_educadores_de_jovens_e_adultos_.pdf. Accessed: Mar 07, 2025.

BARBOSA, Vânia de Sousa; KELLER-FRANCO, Elize. EJA Interventive Project: Contributions to Inclusive Pedagogical Practices and policies. *Ibero-American Journal of Studies in Education*, v. 15, n. esp3, p. 2446–2470, 2020. Available at: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/14451>. Accessed: Mar 01, 2024.

BRAZIL. Constitution (1988). *Constitution of the Federative Republic of Brazil*: Updated version until Amendment n. 77/2014. Available at: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Accessed: Feb 25, 2025.

BRAZIL. *Law of Guidelines and Bases (LDB), December 20, 1996*. Provides guidelines and bases for national education. Available at: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Accessed: May 13, 2025.

BRAZIL. *Law n.13.005, June 25, 2014*. Approves the National Education Plan (PNE) and provides other measures. Official Gazette of the Federative Republic of Brazil, Brasília, DF, Jun 26, 2014. [Extra edition, section 1]. Available at: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Accessed: May 12, 2025.

BRAZIL. *Statute of Persons with Disabilities*. Brazilian Law of Inclusion, Law n. 13.146 of Jul 6, 2015. Presidency of the Republic, Brasília, 2015. Available at: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Accessed: May 12, 2025.

BRAZIL. *Law n.13.632, Mar 6, 2018*. Amends Law n. 9.394 of Dec 20, 1996 (Law of Guidelines and Bases of National Education) to provide for lifelong education and learning. Available at: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2018/lei-13632-6-marco-2018-786231-publicacaooriginal-154957-pl.html>. Accessed: Mar 08, 2024.

BRAZIL. MEC/SEES. *National Policy on Special Education in the Perspective of Inclusive Education*. Brasília, 2008. Available at: <https://www.gov.br/mec/pt-br/descontinuado/pnee.pdf>. Accessed: May 11, 2025.

BRAZIL. *CNE/CEB Opinion No. 11/2000*. National Curriculum Guidelines for Youth and Adult Education. Brasília: MEC, 2000. Available at: https://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11_2000.pdf. Accessed: Feb 09, 2024.

BRAZIL. *CNE/CEB Resolution No. 4, October 2, 2009*. Establishes Operational Guidelines for Specialized Educational Services in Basic Education, Special Education modality. Available at: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Accessed: Feb 09, 2024.

BUENO, Melina Brandt; CAMPOS, Juliane Aparecida de Paula Perez. School Inclusion in Youth and Adult Education: Conceptions and Pedagogical Practices. *Education: Theory and Practice*, v. 30, n. 63, p. 1–16, 2020. DOI: 10.18675/1981-8106.v30.n.63.s13970. Available at: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/13970>. Accessed: Mar 06, 2025.

BUENO, Olga Mara; OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva. School Learning of Students with Intellectual Disabilities in Youth and Adult Education (YAE): Discussions and Implications. *Praxis Educativa*, v. 18, p. 1–18, 2023. DOI: 10.5212/PraxEduc.v.18.21616.063. Available at: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/21616>. Accessed: Mar 03, 2025.

BUENO, Olga Mara; OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva. Adult Development of Individuals with Intellectual Disabilities and Its Relationship with Youth and Adult Education: A Teacher Perspective. *Special Education Magazine*, v. 32, p. e23/1–15, 2019. DOI: 10.5902/1984686X30203. Available at: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/30203>. Accessed: Mar 03, 2025.

CAMPOS, Juliane Ap. de Paula Perez; TASSINARI, Ana Maria; GALVANI, Márcia Duarte. Organization of Teaching in YAE for Students with Intellectual Disabilities. *Education and Policies in Debate Journal*, v. 8, n. 2, p. 109–122, 2019. DOI: 10.14393/REPOD-v8n2a2019-51570. Available at: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducapoliticas/article/view/51570>. Accessed: Mar 03, 2025.

FANTACINI, Renata Andrea Fernandes; CAMPOS, Juliane Ap. de Paula Perez. Completion of Education of Students with Intellectual Disabilities Enrolled in Youth and Adult Education. *Education Magazine PUC-Campinas*, v. 22, n. 2, p. 317–330, 2017. DOI: 10.24220/2318-0870v22n2a3610. Available at: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/reveducacao/article/view/3610>. Accessed: Feb 27, 2025.

FERNANDES, Rosangela Maria; GOMES, Vilisa Rudenco. Teacher Training in YAE: Challenges and Possibilities. *Federal Institute of Santa Catarina*, 2015. Available at: <https://repositorio.ifsc.edu.br/bitstream/handle/123456789/461/FORMA%C3%87%C3%83%20DOS%20PROFESSORES%20DA%20EJA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Accessed: Feb 26, 2025.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. *Content Analysis*. 3rd ed. Brasília: Liber, 2008.

HAAS, Clarissa. Youth and Adult Education and Special Education: The (Re)invention of Necessary Articulation Between the Areas. *Education*, v. 40, n. 2, p. 347–359, 2015. DOI: 10.5902/198464449038. Available at: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/9038>. Accessed: Feb 25, 2025.

HAAS, Clarissa. Youth and Adult Education and Special Education: The HAAS, Clarissa; BAPTISTA, Claudio Roberto. Youth and Adult Education and Special Education: The Ethics and Aesthetics of a Pragmatic Cartography. *Contemporary Education and Culture Journal*, v. 14, n. 35, p. 32–56, 2017. Available at: <https://mestradoedoutoradoestacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/reeduc/article/view/1189>. Accessed: Mar 04, 2025.

HOLANDA, Gerda de Souza; PEREIRA, Marcelino Arménio Martins; FERREIRA, Sônia Cristina Mairos. School Inclusion of Youth and Adults with Disabilities: Experiences and Possibilities in Public Schools. *Education and Emancipation Journal*, v. 14, n. 3, p. 394–417, 2021. DOI: 10.18764/2358-4319.v14n3p394-417. Available at: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/reducacaoemancipacao/article/view/18196>. Accessed: Mar 03, 2025.

LAERCIO FILHO, José; SILVA, Everton Vieira da. Adaptations in YAE during the Pandemic: Experiences of Teachers from Bernardino Batista-PB. *Diversitas Journal*, v. 8, n. 1, 2023. Available at: https://diversitasjournal.com.br/diversitas_journal/article/view/2434. Accessed: Mar 04, 2025.

LEITE, Graciliana Garcia; CAMPOS, Juliane Ap. de Paula Perez. School Profile of Students with Disabilities in YAE, High School Level. *Special Education Magazine*, v. 32, p. e30/1–16, 2019. Available at: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/27878>. Accessed: Mar 04, 2025.

MELO, Santana De Jesus Miranda. *Use of Problem Solving in Mathematics Teaching with Students in Youth and Adult Education*. Master's Dissertation, Universidade do Vale do Taquari – Univates, 2020. Available at: <http://hdl.handle.net/10737/2971>. Accessed: Mar 05, 2025.

MENDES, Enicéia Gonçalves; VILARONGA, Carla Ariela Rios; ZERBATO, Ana Paula. *Collaborative Teaching: Joining Efforts Between Regular and Special Education*. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de; SANTOS, Tânia Regina Lobato dos. *Special Education for youth and adults: a look at educational services in specialized schools*. Anped 38th National Meeting, GT15 - Special Education, Paper 321, São Luís, MA, 2017. Available at: http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalho_38anped_2017_GT15_321.pdf. Accessed: May 5, 2025.

PEREIRA, Josiane Patrícia Herculano. *Inclusive education in Youth and Adult Education: a case study in a public school in Sabará/MG*. 2020. 176 p. Master's Dissertation – Graduate Program in Education, Pontifical Catholic University of Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020. Available at: https://bib.pucminas.br/teses/Educacao_JosianePatriciaHerculanoPereira_8672.pdf. Accessed: Mar 4, 2025.

PINTO, Álvaro Vieira. *Seven Lessons on Adult Education*. 15th ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PRADANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. *Methodology of scientific work: methods and techniques of research and academic work*. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

REUS, Márjori Bez. "Put effort into the sheets": infantilization of pedagogical practices and teaching in YAE. In: RODRIGUES, M.B.C., ROCHA, F.M., and MASSENA, J.H., orgs. Research and pedagogical-curricular proposals in early basic education [online]. Porto Alegre: UFRGS Press, 2017, pp. 118-139. ISBN 978-85-386-0472-3. Available at: <http://books.scielo.org/id/3vrq5/epub/rodrigues-9788538604723.epub>. Accessed: Feb 26, 2024.

RODRIGUEZ, Eglauimara Oliveira; DUTRA, Alessandra; STORTO, Leticia Jovelina. School inclusion in youth and adult education. *Electronic Journal of Education*, v. 11, n. 1, p. 243–259, 2017. Available at: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/1624>. Accessed: Mar 4, 2025.

SANTOS, Marcio Machado dos; BARRETO, Claudia Marcia Borges. Recognizing the subjects of Youth and Adult Education: evaluation of a didactic-pedagogical plan in science. *RevistAleph*, n. 34, Jul 24, 2020. Available at: <https://periodicos.uff.br/revistaleph/article/view/41386>. Accessed: Feb 27, 2025.

SIEMS, Maria Edith Romano. Youth and adult education with disabilities: knowledge and pathways under construction. *Education in Focus*, v. 16, n. 2, p. 61-79, Sep 2011/Feb 2012. Available at: [http://forumeja.org.br/br/sites/forumeja.org.br/files/Texton-031%20\(texto%20basico\).pdf](http://forumeja.org.br/br/sites/forumeja.org.br/files/Texton-031%20(texto%20basico).pdf). Accessed: Feb 25, 2025.

TASSINARI, Ana Maria. *Teacher training and pedagogical practice in YAE with students with intellectual disabilities*. 2019. 157 p. Doctoral Thesis, Graduate Program in Special Education, Federal University of São Carlos, São Carlos, 2019. Available at: https://www.oasisbr.ibict.br/vufind/Record/BRCRIS_c40913226500aae4ba251535e954e2ae. Accessed: Mar 6, 2025.

TRENTIN, Valéria Becher. Youth and adult education and special education in research: a necessary articulation. *ESPACIOS Magazine*, v. 38, n. 35, 2017. Available at: <https://www.revistaespacios.com/a17v38n35/a17v38n35p13.pdf>. Accessed: Feb 25, 2025.

TRENTIN, Valéria Becher. Inclusive pedagogical practices and teaching mathematical concepts in youth and adult education (YAE). *Perspective*, v. 39, n. 2, p. 1–18, 2021. Available at: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/71201>. Accessed: Mar 1, 2025.

TREVISANA, Cristiano de Lima. Infantilization of persons with intellectual disabilities. *Discourse Analysis Journal*, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 45-52, 2022. Available at: <https://saladerecursos.com.br/a-infantilizacao-na-deficiencia-intelectual/>. Accessed: Feb 26, 2025.

Recebido em julho de 2025.

Aprovado em outubro de 2025.